


## **9. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:**

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal os Contratos Interadministrativos de delegação de competências:

**a)- Freguesia de PRISCOS, para a execução da obra de “Pavimentação da Rua João Paulo II - Priscos”, no montante de 33.119,74 €;**

**b)- Freguesia de Lamas, para execução da obra “Retificação e Requalificação dos Passeios da Rua de Sandins – Lamas”, no valor de 9.423,40 €.**

A. M. do Souto  
202023  


R.C. – Reunião de -----/-----/2020

A.M. – Sessão de -----/-----/2020

## CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE LAMAS

**PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

**SEGUNDO OUTORGANTE: JOÃO MARTINS ALVES** intervindo em representação da **FREGUESIA LAMAS**, pessoa coletiva de direito público nº 507 003 047 com sede na Rua da Mamoa – 4705- 480 LAMAS BRG adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,

3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os demais princípios que

devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a **Câmara Municipal de Braga** preparou com a **Freguesia de LAMAS**. O presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de ----- de ----- de 2020 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de ----- de ----- de 2020 e pela Assembleia de Freguesia de **LAMAS** em sessão de ----- de ----- de 2020 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2020.

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA DE LAMAS** para a execução da obra denominada **“Retificação e Requalificação dos Passeios da Rua de Sandins - Lamas”**.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Condições**

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

#### **Cláusula 3ª**

##### **(Recursos financeiros)**

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba **9.423,40€** (nove mil quatrocentos e vinte e três euros e quarenta centimos) (com 6% IVA incluído), por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

#### **Cláusula 4ª**

##### **Recursos humanos**

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Recursos patrimoniais**

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

#### **Cláusula 6ª**

##### **Prazo**

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Obrigações do MUNICÍPIO**

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Obrigações da FREGUESIA**

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo

modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **Obrigações adicionais**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Informação a disponibilizar pela FREGUESIA**

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Ocorrências e emergências**

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Modificação do contrato**

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

#### **Suspensão do contrato**

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

#### **Resolução pelas Partes Outorgantes**

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

#### **Revogação**

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Entrada em vigor**

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### **Publicidade**

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **Cabimento e compromisso**

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº ----- correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº -----.

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

##### **Disposições legais aplicáveis**

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: **a)** o respetivo clausulado **b)** a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda:

- a)** As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III;
- b)** O Código do Procedimento Administrativo.

##### **Arquiva-se no maço de documentos:**

- a)** As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b)** O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**;
- c)** Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

**Pelo segundo outorgante foram exibidas:**

**a)** Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ----- de ----- de 2020 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;

**b)** Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ----- de ----- de 2020.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

**Braga, 03 de fevereiro de 2020**

**O Presidente da Câmara Municipal de Braga**

---

**O Presidente da Junta de Freguesia de Lamas**

---

Câmara Municipal de Braga  
**Ficha do Cabimento**

**DOC.GENER: 4543/2020**

**N.Seq.: 49318**

Serviço Requiritante: 12 Unidade de Apoio às Freguesias

Organica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 080501020 Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação

**GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES**

420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/6 Transferências de capital - Freguesias - Delegação de competências

**Orçamento de GOP**

Financiamento disponível: 3 000 000,00

Cabimentado: 2 992 342,19

**Saldo: 7 657,81**

Dependente de:

Contrato: N° 40 de Transferência de capital (Despesa) para CIAFRG - RETIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DOS PASSEIOS DA RUA DE SANDINS - LAMAS

Data	N° Lanç.	Valores		N. Seq.	Compromisso Documento	Valor	Saldo	Descrição
		Inicial	Correções					

04/02/2020 5952 9 423,40

9 423,40 RETIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DOS PASSEIOS DA RUA DE SANDINS - LAMAS

04/02/2020 6342

57044 CONTRATO: 4543/2020

9 423,40

0,00 RETIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DOS PASSEIOS DA RUA DE SANDINS - LAMAS

Câmara Municipal de Braga

Ficha do Compromisso

CONTRATO: 4543/2020

N.º Seq.: 57044

Serviço Requiritante: 12 Unidade de Apoio às Freguesias

Cabimento prévio: DOC.GENER: 4543/2020

Entidade: 10622 Junta de Freguesia de Lamas  
NIF: 507003047

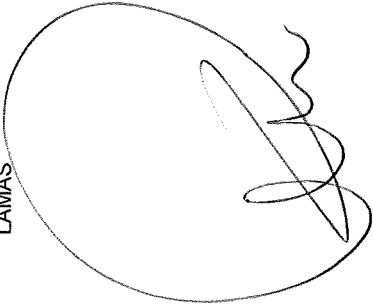
Orgânica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 0805010202 Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação

GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES  
420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES  
2017/6 Transferências de capital - Freguesias - Delegação de competências

Contrato: N.º 40 de Transferência de capital (Despesa) para  
CIAFRG - RETIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DOS  
PASSEIOS DA RUA DE SANDINS - LAMAS

Data	N.º Lanç.	Valores		Correções		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial				Documento	Valor			
04/02/2020	6342	9 423,40						9 423,40		RETIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DOS PASSEIOS DA RUA DE SANDINS - LAMAS



A m d  
Ente.  
200116  
[assinatura]

R.C. – Reunião de ----/-----/2020

A.M. – Sessão de ----/-----/2020

## **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE PRISCOS**

**PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público n.º 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

**SEGUNDO OUTORGANTE: ISRAEL CLÍMACO PINTO** intervindo em representação da **FREGUESIA DE PRISCOS**, pessoa coletiva de direito público n.º 507 060 482, com sede na Rua do Cidadão, n.º 11, 4705-566 Braga, adiante designada *por* **FREGUESIA**.

Considerando que:

1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,

3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na **FREGUESIA**, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei n.º 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Freguesia de **Priscos** o presente contrato de delegação de competências; Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei n.º 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de -----de ----- de 2020, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de ----- de ----- de 2020, e pela Assembleia de Freguesia de Priscos, em sessão de ----- de ----- de 2020 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2020.

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA DE PRISCOS**, para a execução da obra denominada “**Pavimentação da Rua João Paulo II - Priscos**”.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Condições**

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

#### **Cláusula 3ª**

##### **Recursos financeiros**

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **33.119,74€** (trinta e três mil cento e dezanove euros e setenta e quatro centimos) (IVA incluído à Taxa de 6%), por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

#### **Cláusula 4ª**

##### **Recursos humanos**

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Recursos patrimoniais**

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

#### **Cláusula 6ª**

##### **Prazo**

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Obrigações do MUNICÍPIO**

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Obrigações da FREGUESIA**

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.

c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.

d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **Obrigações adicionais**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Informação a disponibilizar pela FREGUESIA**

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Ocorrências e emergências**

**FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICIPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### **Modificação do contrato**

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Suspensão do contrato**

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

- a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Resolução pelas Partes Outorgantes**

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verificar:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **Revogação**

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

**Cláusula 17.<sup>a</sup>**  
**Comunicações e notificações**

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 18.<sup>a</sup>**  
**Entrada em vigor**

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

**Cláusula 19.<sup>a</sup>**  
**Publicidade**

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

**Cláusula 20<sup>a</sup>**  
**Cabimento e compromisso**

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento n.º----- correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos n.º -----.

**Cláusula 21<sup>a</sup>**  
**Disposições legais aplicáveis**

- 1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: **a)** o respetivo clausulado **b)** a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
  - 2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: **a)** As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; **b)** O Código do Procedimento Administrativo.
- Arquiva-se no maço de documentos:** **a)** As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; **b)** O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; **c)** Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

**Pelo segundo outorgante foram exibidas:**

**a)** Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ---- de ----- de 2020 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;

**b)** Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em----- de ----- de 2020.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

**Braga, 15 de Janeiro de 2020**

**O Presidente da Câmara Municipal de Braga**

---

**O Presidente da Freguesia de Priscos**

---

Câmara Municipal de Braga

Ficha do Compromisso

CONTRATO: 51336/2020 N.Seq.: 56795

Serviço Requisitante: 12 Unidade de Apoio às Freguesias

Cabimento prévio: DOC.GENER: 51336/2020

Entidade: 10636 Junta de Freguesia de Priscos  
NIF: 507060482

Orgânica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 0805010202 Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação

GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES

420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/6 Transferências de capital - Freguesias - Delegação de competências

Contrato: Nº 33 de Transferência de capital (Despesa) para  
CTAPFRG - Pavimentação da Rua João Paulo II -  
Priscos

Data	Nº Lang.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
22/01/2020	6056	5,00				5,00		PAVIMENTAÇÃO DA RUA JOÃO PAULO II - PRISCOS
22/01/2020	6057					5,00	33 114,74	PAVIMENTAÇÃO DA RUA JOÃO PAULO II - PRISCOS
22/01/2020	6060					5,00	-33 114,74	
22/01/2020	6063		33 114,74			33 119,74		

Câmara Municipal de Braga  
**Ficha do Cabimento**

**DOC.GENER: 51336/2020**

Serviço Requiritante: 12 Unidade de Apoio às Freguesias

Organica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 080501020 Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação

**GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES**

420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/6 Transferências de capital - Freguesias - Delegação de competências

N.Seq.: 49122

**Orçamento de GOP**

Financiamento disponível: 3 000 000,00

Cabimentado: 2 933 102,90

**Saldo: 66 897,10**

**Dependente de:**

**Contrato: Nº 33 de Transferência de capital (Despesa) para CTAPFRG - Pavimentação da Rua João Paulo II - Priscos**

Data	Nº Lanç.	Valores		N. Seq.	Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções		Documento	Valor		
22/01/2020	5681	5,00					5,00	PAVIMENTAÇÃO DA RUA JOÃO PAULO II - PRISCOS
22/01/2020	6056			56795	CONTRATO: 51336/2020	5,00	0,00	PAVIMENTAÇÃO DA RUA JOÃO PAULO II - PRISCOS
22/01/2020	5687		33 114,74				33 114,74	
22/01/2020	6063			56795	CONTRATO: 51336/2020	33 114,74	0,00	